

ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CRT

RESOLUÇÃO Nº 369 / 2011

SESSÃO 143ª ORDINÁRIA DE: 02/08/2011

PROCESSO Nº 1/3648/2007 AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1/2007.06411

RECORRENTE: CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

RECORRIDO: FERRAGENS E DERIVADOS DE CONSTRUÇÃO TJMIX LTDA

AUTUANTE: JOSÉ PINTO FILHO

CONSELHEIRO RELATOR: MANOEL MARCELO AUGUSTO MARQUES NETO

CONSELHEIRO DESIGNADO: ALEXANDRE MENDES DE SOUSA

EMENTA: FALTA DE RECOLHIMENTO ICMS -

Contribuinte é acusado pelo Fisco estadual de falta de recolhimento do imposto dos meses de março/06, junho/06, outubro/06, novembro/06 e dezembro/06. Auto de infração julgado **NULO**, por maioria de votos, por impedimento do agente fiscal, haja vista ato designatório que deu continuidade a ação fiscal ter sido expedida por autoridade sem competência específica. Decisão amparada no art. 132 da Lei nº 12.670/96, c/c o art. 821, § 5º, I do Dec. nº 24.569/97 - RICMS, combinado com o art. 1º, § 2º da Instrução Normativa nº 06/2005 e fundada no art. 53, § 1º do Dec. nº 25.468/99

RELATÓRIO

A peça inicial do presente processo possui o seguinte relato acusatório:

"Falta de recolhimento do imposto, no todo ou em parte inclusive o devido por substituição tributária, na forma e nos prazos regulamentares. Contribuinte deixou de recolher ICMS referente aos meses de 03; 06; 10 a 12/2006."

O autuante indica como infringido os artigos 73 e 74 do Decreto Nº 24.569/97 e penalidade aplica a inserta no art. 123, inciso I, alínea "c" da Lei Nº 12.670/96, alterado pela Lei nº 13.418/03.

Instruem os autos: Informações Complementares ao Auto de Infração 200706411-4; Ordem e Serviço 200712422; Termo de

Início de Fiscalização 200710654; Termo de Intimação 200711741; Termo de Conclusão de Fiscalização 200717163; copia do consulta sistema GIM/Sefaz; copia consulta sistema DIEF/Sefaz; Planilha relação Notas Fiscais fls.37/41; Planilha Demonstração Débito Tributário, copia Aviso recebimento - AR do Termo de Intimação e Termo de Conclusão de Fiscalização e AI's lavrados.

As fls. 56 dos autos Termo de Revelia lavrado pelo Nexat da Barra do Ceará certificando que já decorreu prazo para apresentação de impugnação do auto de infração 2007.06411.

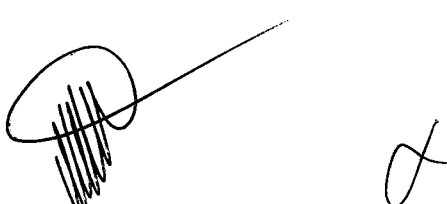
Julgado singular após análise das peças processuais pugna pela Nulidade do lançamento sob entendimento de cerceamento ao direito de defesa da empresa autuada, pela falta de clareza da acusação fiscal e não disponibilidade das informações necessárias ao perfeito conhecimento da acusação para o contribuinte. Decisão amparada no art. 53 do Decreto nº 25.468/99.

Contribuinte é comunicado da decisão de 1ª Instância tanto por Aviso de Recebimento - Ar quanto por Edital Nº 140/2010 publicado no D.O.E., em 09 de novembro de 2010. Não há manifestação recursal.

A Consultoria manifestação através do Parecer nº 234/2011, conhecendo do recurso oficial, dando-lhe provimento em parte para confirmar a decisão singular de Nulidade da ação fiscal, mas com fundamento diverso.

O representante da Procuradoria Geral do Estado opta por adotar o Parecer da Consultoria nos termos propostos.

É o parecer.

Handwritten signature and initials at the bottom left of the page.

VOTO DO RELATOR

O Fisco estadual acusa a empresa FERRAGENS E DERIVADOS DE CONSTRUÇÃO TJMIX LTDA de falta de recolhimento do imposto dos meses de março, junho, outubro, novembro e dezembro de 2006 no valor de R\$ 6.183,62 (Seis mil cento e oitenta e três reais e sessenta e dois centavos).

Na Instância singular o auto de infração foi julgado nulo por cerceamento ao direito de defesa do contribuinte. Segundo julgador monocrático faltou clareza na acusação fiscal e o agente fiscal não disponibilizou para o contribuinte as informações necessárias ao perfeito conhecimento da acusação fiscal.

Já a Consultoria Tributaria com entendimento diverso do nobre singular, sugere a nulidade do lançamento fiscal por descumprimento da Instrução Normativa 06/2005, onde o reinício de uma ação fiscal somente poderá ser autorizada mediante solicitação circunstanciada da autoridade designante, aprovada pelo orientador da Célula de Execução, por designação de um dos orientadores da CATRI.

Pois bem, como a segunda preliminar de nulidade suscitada no processo antecede a primeira, por se tratar de um procedimento administrativo de caráter formal, que tem por objetivo único a legalidade dos atos administrativos, diagnosticado tal vício deve ser de pronto acolhida visto que macula todo processo em seu nascedouro, razão pela qual advogo entendimento de que deva ser acolhida.

É bem verdade que esta Câmara de Julgamento analisando processos semelhantes, vem se manifestando pela nulidade do auto de infração, sob entendimento de que o reinício da ação fiscal só poderá ser autorizado por um dos Coordenadores da CATRI, conforme previsão do art. 1º, § 2º da Instrução Normativa nº 06/2005, se não vejamos:

Art. 1º. (...)

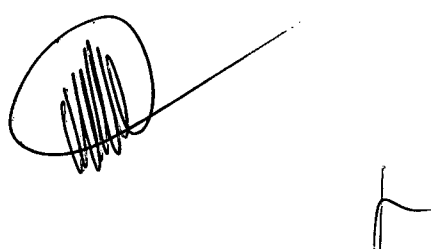
§ 2º. Esgotado o prazo previsto no inciso II do art. 1º, sem que o sujeito passivo seja cientificado da conclusão dos trabalhos, a ação fiscal poderá ser reiniciada, mediante solicitação circunstanciada do agente fiscal, aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, por designação de um dos Coordenadores da CATRI, podendo, neste caso, a autoridade designante incluir outro agente ou substituir o originalmente designado.

Pelo teor da norma acima reproduzida, a competência para determinar o reinício da ação fiscal é exclusiva dos Coordenadores da CATRI, cabendo ao Orientador da Célula de Execução, neste caso, analisar e aprovar os motivos apresentados pelo agente fiscal que o impediram de encerrar os trabalhos de fiscalização no prazo originalmente determinado.

No presente caso, a ação fiscal foi reiniciada pela própria Orientadora de Célula que emitira o primeiro ato designatório. Apesar de possuir competência para autorizar o início da ação fiscal, conforme determina o § 5º do art. 821 do Dec. Nº 24.569/97, o orientador da Célula de Execução não possui competência para determinar o seu reinício, já que tal atribuição foi conferida apenas aos Coordenadores da CATRI pela Instrução Normativa acima referida.

Por todo exposto, voto pelo conhecimento do recurso voluntário, dando-lhe provimento, a fim de reformar a decisão condenatória de primeira instância, decidindo pela nulidade da ação fiscal nos termos do art. 32 da Lei nº 12.732/97, face incompetência da autoridade designante para determinar o reinício da presente ação fiscal, conforme manifestação oral do representante da douda Procuradoria Geral do Estado.

É como voto.


A handwritten signature, consisting of a circle with scribbled lines inside, followed by a long horizontal line extending to the right. Below this, there are some handwritten initials or marks.

DECISÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que é recorrente **CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1º INSTÂNCIA** e recorrida **FERRAGENS E DERIVADOS DE CONSTRUÇÃO TJMIX LTDA**, resolvem:

A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve, por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Oficial e, por maioria de votos, declarar a **nulidade** do feito fiscal, por impedimento do agente autuante em razão da incompetência da autoridade designante da ação fiscal, sob o argumento de que a Ordem de Serviço que autorizou a continuidade da ação fiscal não foi aprovada pelo Orientador da Célula de Execução, nem houve a designação de algum dos Coordenadores da CATRI, ferindo o disposto no art. 1º, § 2º, da Instrução Normativa 06/2005, nos termos do primeiro voto discordante e vencedor proferido pelo Conselheiro Alexandre Mendes de Sousa, que ficou designado para lavrar a resolução, e de acordo com o Parecer da Consultoria Tributária referendado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. Foi voto vencido o Conselheiro Manoel Marcelo Augusto Marques Neto, que afastou a referida preliminar sob o entendimento de que as Ordens de Serviço relativas à ação fiscal em questão foram emitidas e assinadas por autoridades com plena competência legal, nos termos do art. 821 do Decreto nº 24.569/97. O Conselheiro Manoel Marcelo afirmou concordar com a nulidade do processo por ausência de provas, nos termos do julgamento singular. O presente Processo foi entregue em Sessão ao Conselheiro designado.

SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS, em Fortaleza, aos 6 de SETEMBRO de 2011.

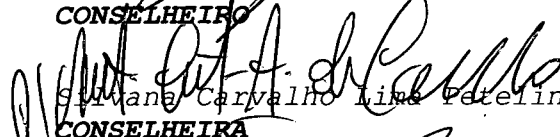

José Wilame Falcão de Souza

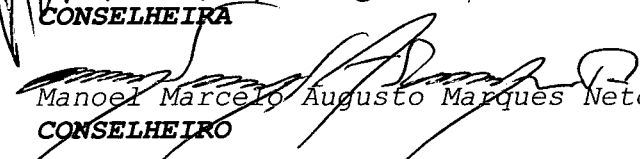
PRESIDENTE


Ubiratan Ferreira de Andrade

PROCURADOR DO ESTADO



Francisco José de Oliveira Silva
CONSELHEIRO


Silvana Carvalho Lima Petelinkar
CONSELHEIRA



Manoel Marcelo Augusto Marques Neto
CONSELHEIRO


Sandra Alves Rocha
CONSELHEIRO


Samuel Aragão Silva
CONSELHEIRO


Antonio Luiz do Nascimento Neto
CONSELHEIRO


Alexandre Mendes de Sousa
CONSELHEIRO RELATOR


Sebastião Almeida Araújo
CONSELHEIRO

